

Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade Maciel (Coordenação)

Rosa Maria Xavier Gomes Carneiro (Revisão Jurídica)



11ª edição

De acordo com as Leis n. 13.431, de 4-4-2017, 13.436, de 12-4-2017, 13.438, de 26-4-2017, 13.441, de 8-5-2017, 13.509, de 22-11-2017, a Resolução CONANDA n. 187, de 23-5-2017, e a Resolução Conjunta CONANDA/CNAS n. 1, de 7-6-2017

CURSO DE DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Aspectos teóricos e práticos

- Andréa Rodrigues Amin • Ângela Maria Silveira dos Santos
 - Bianca Mota de Moraes • Cláudia Canto Condack
- Galdino Augusto Coelho Bordallo • Helane Vieira Ramos
 - Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade Maciel
- Patrícia Pimentel de Oliveira Chambers Ramos • Patrícia Silveira Tavares

Resumo de Curso de Direito da Criança e do Adolescente

A obra que assume papel de destaque na interpretação, debate e aplicação da Lei n. 8.069/90, contemplando seus aspectos teóricos e práticos. Já em sua 11ª edição traz, mais uma vez, o que há de novo em nosso ordenamento jurídico na área do Direito da Criança e do Adolescente, bem como referências aos projetos de lei mais recentes que visam alterar o Estatuto Infantojuvenil.

Apresenta os comentários sobre a tão esperada Lei n. 13.431, de 4 de abril de 2017, que diretamente influenciada pela Resolução n. 20/2005 do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência, regulamentando, entre outras questões, a escuta especializada e o depoimento especial da criança vítima ou testemunha, objetivando evitar sua revitimização.

Contém, ainda, as alterações da Lei n. 8.069/90, como as advindas da Lei n. 13.436/2017 (que garante o direito a acompanhamento e orientação à mãe sobre amamentação), da Lei n.

13.438/2017 (que torna obrigatória a adoção pelo Sistema Único de Saúde de protocolo que estabeleça padrões para a avaliação de riscos para o desenvolvimento psíquico das crianças) e da Lei n.

13.441/2017 (que prevê a infiltração de agentes de polícia na internet com o fim de investigar crimes contra a dignidade sexual de criança e de adolescente). Por fim, a aguardada e recentíssima Lei n.

13.509, de 22 de novembro de 2017, que trouxe importantes alterações ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), especialmente por objetivar celeridade aos procedimentos de adoção e de destituição do poder familiar.

A novel lei dispôs, também, sobre o apadrinhamento, ampliou as regras

acerca da entrega do filho em adoção e alterou disposições da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e da Lei n.

10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). Além das normas de natureza infraconstitucional, esta trata, ainda, da Resolução Conjunta CONANDA/CNAS n. 1, de 7 de junho de 2017, que estabelece as diretrizes políticas e metodológicas para o atendimento de crianças e adolescentes em situação de rua no âmbito da Política de Assistência Social.

[Acesse aqui a versão completa deste livro](#)